

RELATÓRIO FINAL

**5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado
do Espírito Santo – 5ª CNSTT/ES**
Relatório da Etapa Municipal do Município de Afonso Cláudio

Identificação:

Município	Afonso Cláudio
Atividade Realizada	Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Estado do Espírito Santo – 5ª CNSTT/ES
Data	26/03/2025
Local	Polo da UFES, situado á Alameda Nossa Senhora de Lourdes, nº 111, Bairro Custódio Leite Ribeiro. CEP:29.600-000.

Propostas:

Tema: “Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano”

Eixo 1 - A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT).	
01	Atualizar a resolução CNS 603/2018 que propõe a organização das referências municipais em saúde do trabalhador, de forma a garantir e ampliar as equipes mínimas exclusivas de vigilância em saúde do trabalhador.
02	Criar e estabelecer programa municipal voltado á saúde mental do trabalhador municipal, visando reduzir o estigma do adoecimento mental, identificação de casos e promoção, proteção e recuperação da saúde mental.
03	Promover processos de educação permanente para trabalhadores do município, na perspectiva da promoção, proteção e recuperação da saúde, especialmente aos trabalhadores rurais, por meio de ações intersetoriais, entre as secretarias municipais.
04	Garantir que os instrumentos de gestão (planos municipal e estadual de saúde, pqavs, planejamento estratégico) tenham metas e indicadores correspondentes nas três esferas de governo.
05	Criar, implantar e divulgar o núcleo municipal de atendimento de orientação aos trabalhadores em geral do município, em relação aos direitos e deveres trabalhistas.

Eixo 2 - As novas relações de trabalho e a STT.	
06	Promover ações educativas, de forma intersetorial, voltadas às questões do mundo do trabalho (relações de trabalho, dignidade do trabalho e do trabalhador e direitos e deveres trabalhistas) para crianças e adolescentes.
07	Implantar serviço de medicina do trabalho e saúde ocupacional no serviço público, com o objetivo de estabelecer fluxo de avaliação em saúde do trabalhador (mapeamento de risco, insalubridade, readaptação funcional, laudos funcionais e outras demandas).
08	Promover articulação e ações conjuntas entre os segmentos relacionados ao trabalho para divulgação da oferta dos serviços destinados ao trabalhador (Sindicatos, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, entre outros).
09	Construir políticas públicas que combatam as terceirizações no serviço público e privado, que precarizam os vínculos e prejudicam a garantia dos direitos trabalhistas.
10	Garantir a estabilidade do servidor, através da realização de concurso público, garantindo a continuidade do serviço público, atendendo ao Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.
Eixo 3 - Participação popular na STT para o Controle Social.	
11	Efetivar e Fortalecer a CISTT municipal nos Conselhos Municipais De Saúde.
12	Publicizar estrategicamente as ações e reuniões do conselho para a sociedade através dos meios de comunicação disponíveis (rádio, outdoor, entre outros).
13	Realizar por meio da CISTT, em articulação com as associações de moradores, agricultores e outras entidades locais, fóruns participativos nos distritos e comunidades para falar sobre a saúde do trabalhador e conhecer as demandas dos territórios e municípios.
14	Garantir aos trabalhadores do serviço público ou privado o direito de participação nas atividades dos conselhos de saúde, sem prejuízos aos seus direitos trabalhistas, reforçando legislação já existente (Constituição de 1988) e a importância da participação popular.
15	Garantir recursos para a formação permanente dos participantes de controle social no SUS (Conselhos Municipais e Locais, CISTT, entre outros).

Delegados eleitos:**Usuários:**

NOME
Maria de Lourdes Inock Lamas
André Lamas Nunes
Jaqueline Gomes Monteiro
Sélia Maria Vargas Mendonça

Trabalhadores da saúde:

NOME
Zélia Rodrigues da Silva Eller
Márcia Aparecida dos Santos

Gestores/Prestadores de serviço:

NOME
Simey Antônio Leite
Gustavo Mendes da Silva

Comissão Organizadora da V CNSTT/ES - Etapa Municipal

I – Presidente **Juliana Gomes de Oliveira Roncette**

II - Coordenador Geral **Simey Antônio Leite**

Coordenador Adjunto **Suellen Pagotto dos Santos**

III – Coordenador de Relatoria – **Nikoli Zanetti**

IV – Secretário Geral – **Katilene do Carmo Ronceti**

V – Coordenação de Mobilização, Articulação, Comunicação e Informação –
Gustavo Mendes da Silva, Denise Almeida Soares Coimbra e Zélia Rodrigues da Silva Eller

VI– Coordenação de Infraestrutura, Acessibilidade e Alimentação –
Débora Ribeiro de Oliveira, Lavínia Teles de Souza e Monaliza Silva Berger

Breve relato do evento:

No dia 26 de março de 2025, aconteceu no Município de Afonso Cláudio - ES a Etapa Municipal da 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com a participação de 54 pessoas. O evento contou com a presença da Secretária Municipal de Saúde Sra. Carolina Dias Gomes, dos membros do CERESTT: **Lilian Lopes Damasceno** - Referência Técnica do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST Regional Metropolitano, **Eduardo Wolfgram** - Médico do CEREST- **Wellington Catrink** - Técnico de Segurança do Trabalho e **Lívia Melo** – Psicóloga e da presidente do Conselho Municipal de Saúde de Afonso Cláudio Sra. Maria de Lourdes Inock Lamas, além de mais alguns convidados, como o representante religioso, Pastor Leandro Maxuell de Lima, que realizou a oração inicial da Etapa Municipal da 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

A conferência teve início com as boas-vindas dadas por Denise, que convidou para compor a banca os participantes mencionados. O pastor Leandro realizou a oração inicial, e em seguida, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde e a Secretária de Saúde realizaram falas ressaltando a importância da saúde do trabalhador.

Durante o evento, Lilian Lopes Damasceno apresentou o papel do CERESTT (Centro Regional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), destacando suas áreas de atuação: vigilância epidemiológica, vigilância do trabalho, vigilância de ambientes, processos de trabalho e educação em saúde para profissionais e trabalhadores. Também foram discutidos os fatores de risco à saúde dos trabalhadores e as condições que afetam seu bem-estar, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

Os debates abordaram temas como acidentes de trabalho, a relação entre

saúde mental e condições laborais, os impactos das transformações socioeconômicas, e o papel do SUS na garantia da saúde do trabalhador. Houve destaque para a importância de conhecer os processos produtivos locais e o perfil dos trabalhadores para promover ações de saúde adequadas.

A conferência também discutiu políticas públicas e estratégias para fortalecer a saúde do trabalhador no município. Entre as propostas aprovadas, destacam-se a criação de um núcleo municipal de atendimento ao trabalhador, ações educativas para promover a saúde mental no ambiente laboral, e a ampliação das equipes de vigilância em saúde do trabalhador.

O evento reforçou a relevância da articulação entre a Secretaria Municipal de Saúde e os sindicatos para promover ações conjuntas e atender às necessidades dos trabalhadores locais. Foi também destacada a importância de promover campanhas educativas e sensibilização, como o “Abril Verde”, voltado à saúde do trabalhador.

Ao final da conferência, houve um momento de debate e construção de propostas, resultando em diretrizes que serão levadas para as próximas etapas da conferência estadual e nacional. As propostas elencadas encontram-se destacadas abaixo:

Eixo 1 - A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

- 1 - Atualizar a resolução CNS 603/2018 que propõe a organização das referências municipais em saúde do trabalhador, de forma a garantir e ampliar as equipes mínimas exclusivas de vigilância em saúde do trabalhador.
- 2 - Criar e estabelecer programa municipal voltado à saúde mental do trabalhador municipal, visando reduzir o estigma do adoecimento mental, identificação de casos e promoção, proteção e recuperação da saúde mental.
- 3 - Promover processos de educação permanente para trabalhadores do município, na perspectiva da promoção, proteção e recuperação da saúde, especialmente aos trabalhadores rurais, por meio de ações intersetoriais, entre as secretarias municipais.
- 4 - Garantir que os instrumentos de gestão (planos municipal e estadual de saúde, PQAVs, planejamento estratégico) tenham metas e indicadores correspondentes nas três esferas de governo.
- 5 - Criar, implantar e divulgar o núcleo municipal de atendimento de orientação aos trabalhadores em geral do município, em relação aos direitos e deveres trabalhistas.

6 - criar estratégias de educação e comunicação na rede de ensino fundamental, incluindo o pse (programa saúde na escola) voltado à saúde do trabalhador.

7 - estruturar a vigilância em saúde do trabalhador, em âmbito municipal, com criação e ampliação de equipe exclusiva, fortalecendo as ações de VISAT com ênfase no estabelecimento de nexos causais e na notificação de DARTs.

Eixo 2 - As novas relações de trabalho e a STT.

8 - Promover ações educativas, de forma intersetorial, voltadas às questões do mundo do trabalho (relações de trabalho, dignidade do trabalho e do trabalhador e direitos e deveres trabalhistas) para crianças e adolescentes.

9 - Implantar serviço de medicina do trabalho e saúde ocupacional no serviço público, com o objetivo de estabelecer fluxo de avaliação em saúde do trabalhador (mapeamento de risco, insalubridade, readaptação funcional, laudos funcionais e outras demandas).

10 - Promover articulação e ações conjuntas entre os segmentos relacionados ao trabalho para divulgação da oferta dos serviços destinados ao trabalhador (Sindicatos, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, entre outros).

11 - Construir políticas públicas que combatam as terceirizações no serviço público e privado, que precarizam os vínculos e prejudicam a garantia dos direitos trabalhistas.

12 - Garantir a estabilidade do servidor, através da realização de concurso público, garantindo a continuidade do serviço público, atendendo ao Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Eixo 3 - Participação popular na STT para o Controle Social.

13 - Efetivar e Fortalecer a CISTT municipal nos Conselhos Municipais De Saúde.

14 - Publicizar estrategicamente as ações e reuniões do conselho para a sociedade através dos meios de comunicação disponíveis (rádio, outdoor, entre outros).

15 - Realizar por meio da CISTT, em articulação com as associações de moradores, agricultores e outras entidades locais, fóruns participativos nos distritos e comunidades para falar sobre a saúde do trabalhador e conhecer as demandas dos territórios e municípios.

16 - Garantir aos trabalhadores do serviço público ou privado o direito de participação nas atividades dos conselhos de saúde, sem prejuízos aos seus direitos

trabalhistas, reforçando legislação já existente (Constituição de 1988) e a importância da participação popular.

17 - Garantir recursos para a formação permanente dos participantes de controle social no SUS (Conselhos Municipais e Locais, CISTT, entre outros).

No Eixo 1 foram elaboradas 07 propostas, porém apenas as 05 primeiras serão levadas para a Etapa Estadual da 5ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, elegidas por votação da plenária. Nos outros eixos, todas as propostas serão levadas para debate na Etapa Estadual.

Afonso Cláudio, 26 de março de 2025.

A seguir serão apresentados os registros fotográficos do evento:







